

CARDOSO, Fausto

*dep. fed. SE 1900-1902 e 1906.

Fausto de Aguiar Cardoso nasceu em Divina Pastora (SE) no dia 22 de dezembro de 1864, filho do tenente-coronel Félix Zeferino Cardoso e de Maria do Patrocínio de Aguiar Cardoso.

Fez os primeiros estudos em sua localidade de origem, nos municípios sergipanos de Maruim, Capela, na capital Aracaju, e concluiu o curso secundário no Colégio Sete de Setembro, em Salvador. Ingressou em 1880 na Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se em 1884. Enquanto estudante editou o jornal *Saara*. Frequentou os círculos literários e filosóficos da chamada Escola do Recife, que abrigava as ideias positivistas e evolucionistas do final do século XIX, sendo considerado discípulo de Tobias Barreto. Logo depois de formado regressou a Sergipe e foi trabalhar como promotor público na cidade de Capela. Em junho de 1887 foi designado para a promotoria de Laranjeiras, principal fórum sergipano, tendo encontrado a cidade em plena efervescência, envolvida pela propaganda republicana. Reconduzido ao cargo de promotor pelo Partido Liberal em 1889, ironicamente foi destituído em 1890, após a proclamação da República (15/11/1889), apesar de ter sido um dos mais destacados proselitistas da causa.

Seguiu então para a cidade do Rio de Janeiro e dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e ao magistério. Nomeado professor de história universal por Benjamin Constant, em seguida passou a lente de história da Escola Normal e, mais tarde, do Pedagogium, do qual foi também diretor. Foi ainda lente de história da arte na Escola de Belas Artes e de filosofia do direito na Faculdade de Direito.

Ativo participante da política republicana em Sergipe, esteve do lado de outros intelectuais, como Sílvio Romero, que apoiaram Manuel Valadão nas disputas de 1894 e proclamaram a derrubada do governo constitucional de José Calazans. Representativo da ordem conservadora, que permitiu o controle da política sergipana pelo grupo liderado por Olímpio Campos, Leandro Siqueira Maciel e José Luís Coelho e Campos, o governo Calazans foi hostilizado nos seus últimos meses pelos republicanos florianistas ligados a

Valadão. Refugiado na cidade de Rosário do Catete, ainda legalmente no poder, Calazans conviveu com outro governo, instalado na capital e entregue ao presidente da Assembleia Legislativa. A situação de duplicidade de poderes originou a divisão entre “pebas” (sinônimo de povo de Aracaju) e “cabaús” (referência à região canavieira do interior do estado onde Calazans se refugiara), que iria marcar a política sergipana no final do século XIX.

Beneficiado pelo acordo de pacificação entre Martinho Garcez e Olímpio Campos firmado em 1899, garantindo a este último o domínio da política estadual a partir do controle sobre o Partido Republicano Sergipense (PRS), Fausto Cardoso foi eleito deputado federal por seu estado em 1900. Assumiu em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, e destacou-se na tribuna parlamentar como principal crítico da política econômica do presidente Campos Sales (1898-1902) e do ministro da Fazenda Joaquim Murinho. Defensor das ideias de Rui Barbosa e do protecionismo para incentivar o crescimento da indústria, protagonizou longos debates na Câmara com Serzedelo Correia. Condenou o *funding loan* (acordo de renegociação da dívida externa brasileira), tratando-o como um atentado à soberania nacional, já que iria aumentar ainda mais a dependência de uma economia historicamente voltada para o comércio exterior. Segundo destaca Terezinha Oliva, “diante da unanimidade com que os políticos apoiavam o programa financeiro de Campos Sales, unanimidade, aliás, garantida pela ‘política dos governadores’, a voz destoante de Fausto Cardoso soava esdrúxula e violenta”.

No ano final de seu mandato (1902), após ferrenha campanha movida na imprensa sergipana por Gumercindo Bessa contra o governo do monsenhor Olímpio Campos (1899-1902), Fausto Cardoso rompeu o acordo que lhe havia permitido eleger-se e divulgou na capital federal acusações de truculência praticada pela política olimpista para manter-se no poder. Em discurso proferido no dia 30 de abril de 1902, afirmou que os desmandos do presidente de Sergipe eram um “desrespeito à terra de Tobias Barreto”. Apesar da divisão na política sergipana, o olimpismo continuou a predominar: assim, o sucessor indicado por Olímpio Campos, Josino de Meneses, foi eleito 1902, da mesma forma como seu irmão

Guilherme de Sousa Campos em 1905.

Surgido em 1906, o Partido Progressista (PP) iria reunir os descontentes com o mando de Olímpio Campos. O *Jornal de Sergipe* estampava em suas páginas veementes protestos contra a situação, chegando a apontar, na edição de 11 de janeiro de 1906, a revolução como saída: “Só um remédio encontramos para sairmos deste estado de coisa: é a revolução. Não a revolução pelas armas, que seria inoportuna, mas a revolução pacífica, a revolução pelas urnas, de onde possam surgir homens que ouçam nossas queixas.” Nas eleições daquele ano, Fausto Cardoso voltou a ser eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, mas ainda no mesmo ano retornou a Sergipe, com o objetivo de coordenar o movimento popular que se projetava contra o olimpismo na política sergipana.

A revolta contra o governo de Guilherme Campos foi articulada em meio ao assédio popular em torno do deputado – daí ter-se tornado conhecida como a “revolta de Fausto Cardoso” –, mas o levante da polícia de Aracaju, que serviu para desencadeá-la na madrugada do dia 10 de agosto de 1906, aconteceu enquanto ele se encontrava ausente da cidade, em viagem ao município de Divina Pastora, em visita aos pais. No retorno à capital, Fausto Cardoso foi recebido como o “messias sergipano”: para seus partidários, representava a chegada da vontade popular ao poder. Após a renúncia de Guilherme Campos, o governo de Sergipe foi entregue ao desembargador João Maria Loureiro Tavares, representante do Poder Judiciário. Com essa transferência de poder, os progressistas buscavam dar um cunho de legalidade à revolta, denunciada na Câmara como golpe de estado pelo deputado situacionista José Rodrigues Dória. A intervenção do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) mudou, porém, o curso dos acontecimentos. Tropas federais estacionadas na Bahia partiram para Aracaju e controlaram rapidamente os revoltosos, reempossando Guilherme Campos. Na retomada do palácio do governo em 28 de agosto de 1906, alvejaram Fausto Cardoso, que veio a falecer aos 42 anos de idade. Em decorrência, em 9 de novembro de 1906 Olímpio Campos foi assassinado com 11 tiros e duas facadas pelos filhos do deputado sergipano na praça XV de Novembro, na capital da

República.

O culto a Fausto Cardoso teve início logo após sua morte, mas foi duramente reprimido pelo olimpismo que ainda se manteve no poder, mesmo depois do assassinato do monsenhor Olímpio Campos, até o governo de José Rodrigues da Costa Dória (1909-1911), seu último representante no Executivo sergipano. Nesses anos, muitos dos principais partidários do faustismo refugiaram-se fora do estado, e o *Jornal de Sergipe* foi extinto. Com a “política das salvagens” do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) e o consequente remanejamento oligárquico, a eleição de Antônio José Siqueira de Meneses para presidente do estado interrompeu o controle do grupo olimpista e permitiu que a memória do líder da revolta de 1906 circulasse livremente. Foi o próprio Siqueira de Meneses, durante a campanha para suceder a Rodrigues Dória, que lançou a ideia de se construir um monumento em homenagem a Fausto Cardoso.

Em abril de 1911, presidida por Olegário Dantas, surgiu a comissão promotora do monumento, que iria se empenhar para arrecadar fundos com vistas à realização da obra. Assim, segundo Giliard da Silva Prado, em novembro de 1911, sem qualquer apoio financeiro do governo sergipano, os promotores da campanha celebraram um contrato com o escultor italiano Lorenzo Petrucci, no valor de 25 contos e 500 mil réis. Após essa primeira vitória, a escolha do local em que ficaria o monumento apareceria como a batalha final pela memória de Fausto Cardoso. No primeiro semestre de 1912, o intendente municipal de Aracaju, Napoleão de Carvalho, após requerimento da comissão, sancionou a lei alterando o nome da principal praça do centro da cidade, em frente ao palácio do governo, de praça Benjamim Constant para praça Fausto Cardoso, com as novas placas indicativas afixadas em 17 de abril. Em 15 de agosto, os restos mortais de Fausto Cardoso foram retirados do cemitério Santa Isabel e levados para a base do monumento. Finalmente, em 8 de setembro, Siqueira de Meneses inaugurou a estátua que consagrava a memória cívica do político sergipano.

Além de artigos na imprensa e discursos parlamentares, Fausto Cardoso publicou *Cosmogonia política americana* (1892), *Concepção monista do universo* (1894),

Taxionomia social (1898), *Lei e arbítrio - discurso em defesa de uma ditadura parlamentar, pelo Congresso Nacional* (1902).

Sérgio Montalvão

FONTES: BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M.; PRADO, G. *Prólogo*; SOUZA, T. *Impasses*.